



Ajuste Fiscal e Relações Federativas: o desafio dos Estados e o papel da União

Ana Carla Abrão Costa
Secretária de Estado da Fazenda de
Goiás

São Paulo, 27 de setembro de 2016

Sumário



A crise fiscal dos Estados



A experiência do Estado de Goiás



A renegociação das dívidas - PLP257



Reflexões Finais

Sumário



A crise fiscal dos Estados



A experiência do Estado de Goiás



A renegociação das dívidas - PLP257



Reflexões Finais

1

A crise fiscal dos Estados

Como chegamos aqui?

- ✓ A LRF está sendo cumprida
- ✓ O PAF está sendo cumprido

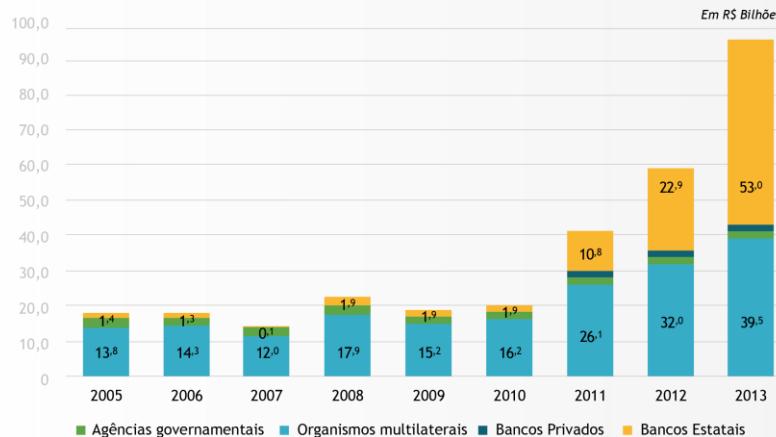
Ainda assim

- despesas obrigatórias > capacidade financeira do Estado
 - folha de pagamentos (76% da receita líquida)
- Nova Matriz Econômica nos Estados
- Frustração nas expectativas de receita
- Rigidez das despesas
- Mudança na orientação da União em relação a empréstimos a Estados

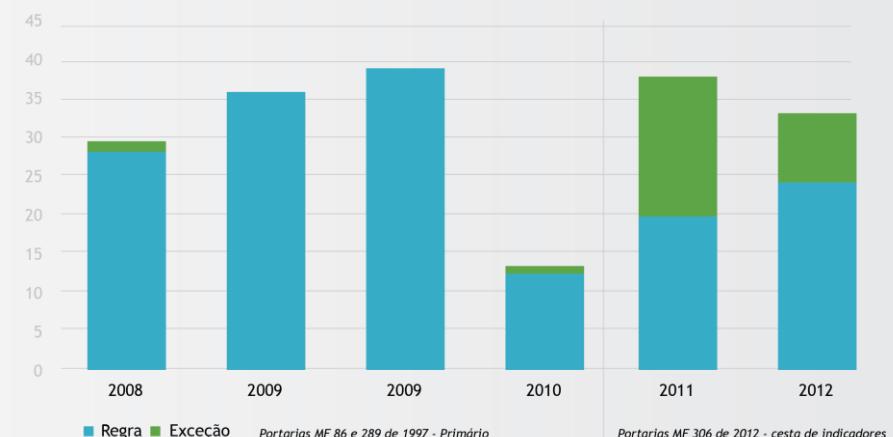


A NME nos Estados

Garantias da União a Estados,
municípios e controladas



Pareceres da STN (empréstimos externos com Aval da
União / submetidos à regra de excepcionalidade)

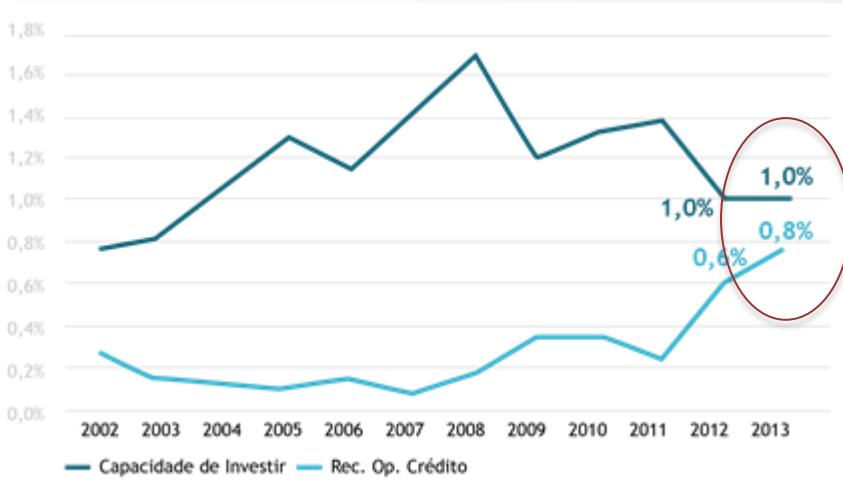


- Empréstimos se tornaram fonte de receita “ordinária”
- LRF foi abandonada

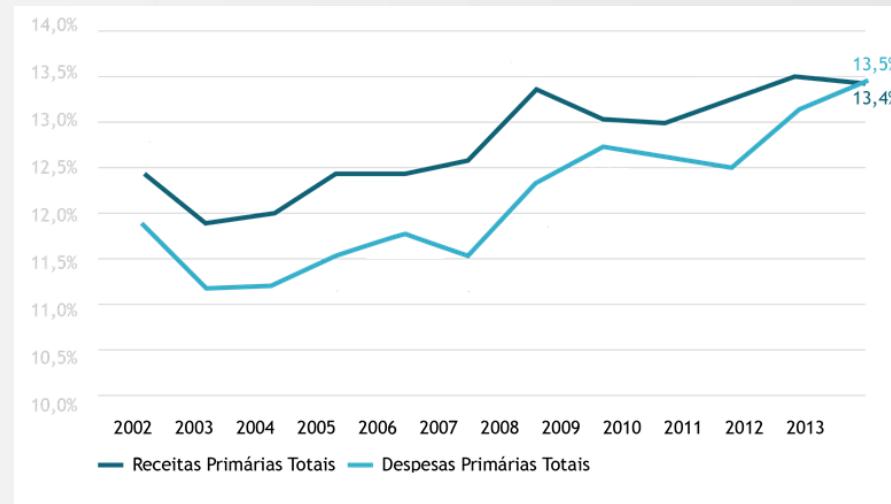


A NME nos Estados

Receitas de Operações de Crédito e Capacidade de Investir com Recursos Próprios, em % PIB.



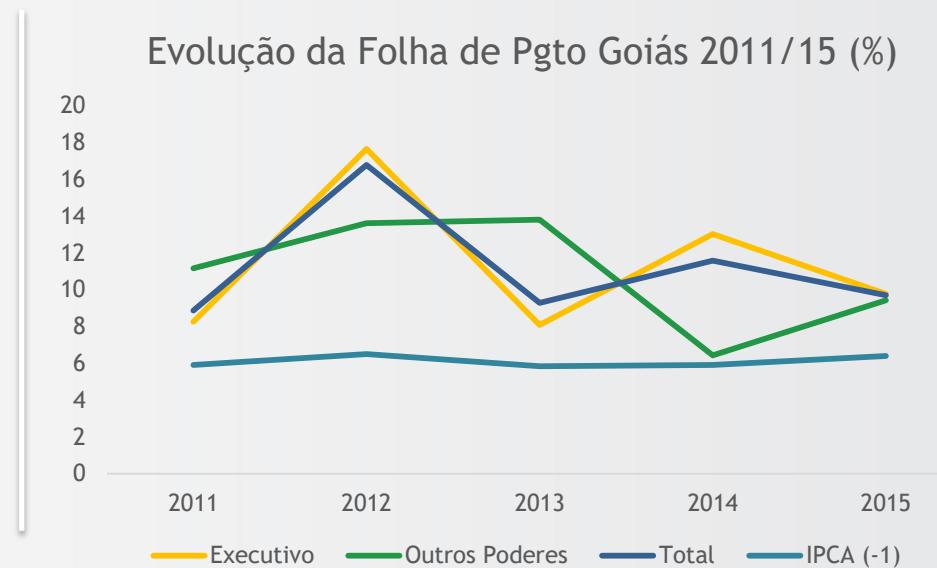
Receitas e Despesas Primárias,
em % PIB



- Despesas cresceram a taxas descoladas da taxa de crescimento das receitas
- Capacidade de investir foi consumida com despesas obrigatórias



Despesas de Pessoal



➤ 26% de crescimento real em 5 anos

Redução de 1 mil servidores
Redução de 10 mil servidores ativos

Sumário



A crise fiscal dos Estados



A experiência do Estado de Goiás



A renegociação das dívidas - PLP257



Reflexões Finais



A experiência no Estado de Goiás

Goiás fez um forte ajuste fiscal - talvez o maior ajuste proporcional do País

- R\$ 3,3bi frustração de receita
- R\$ 2,8bi corte no orçamento
- R\$ 1,5bi aumento na folha de pessoal

Crescimento nominal da despesa total do Estado: 3,6%

- 8,4% na despesa do Tesouro (ex-folha)
- + 10,4% na folha de pessoal (sem data-base)

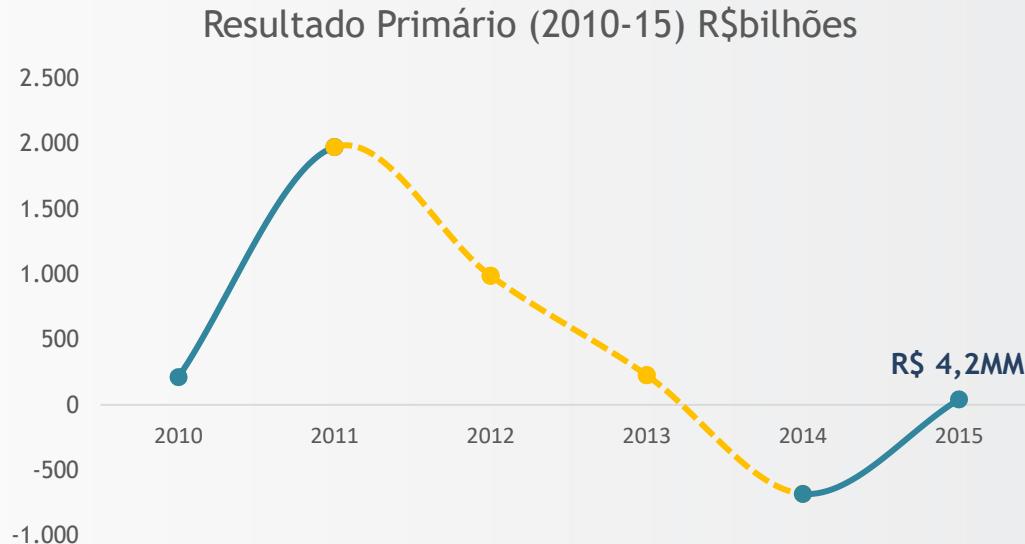
- A redução nas despesas veio na linha de investimento
 - 41% (60% nas fontes tesouro)

Ainda assim, o Estado investiu R\$ 1,5 bilhão no ano de 2015



Goiás - mudança de rumo no campo fiscal

- Déficit orçamentário esperado para 2015: R\$ 6,7bi (33% do orçamento)
- Déficit realizado: R\$ 1,8bi

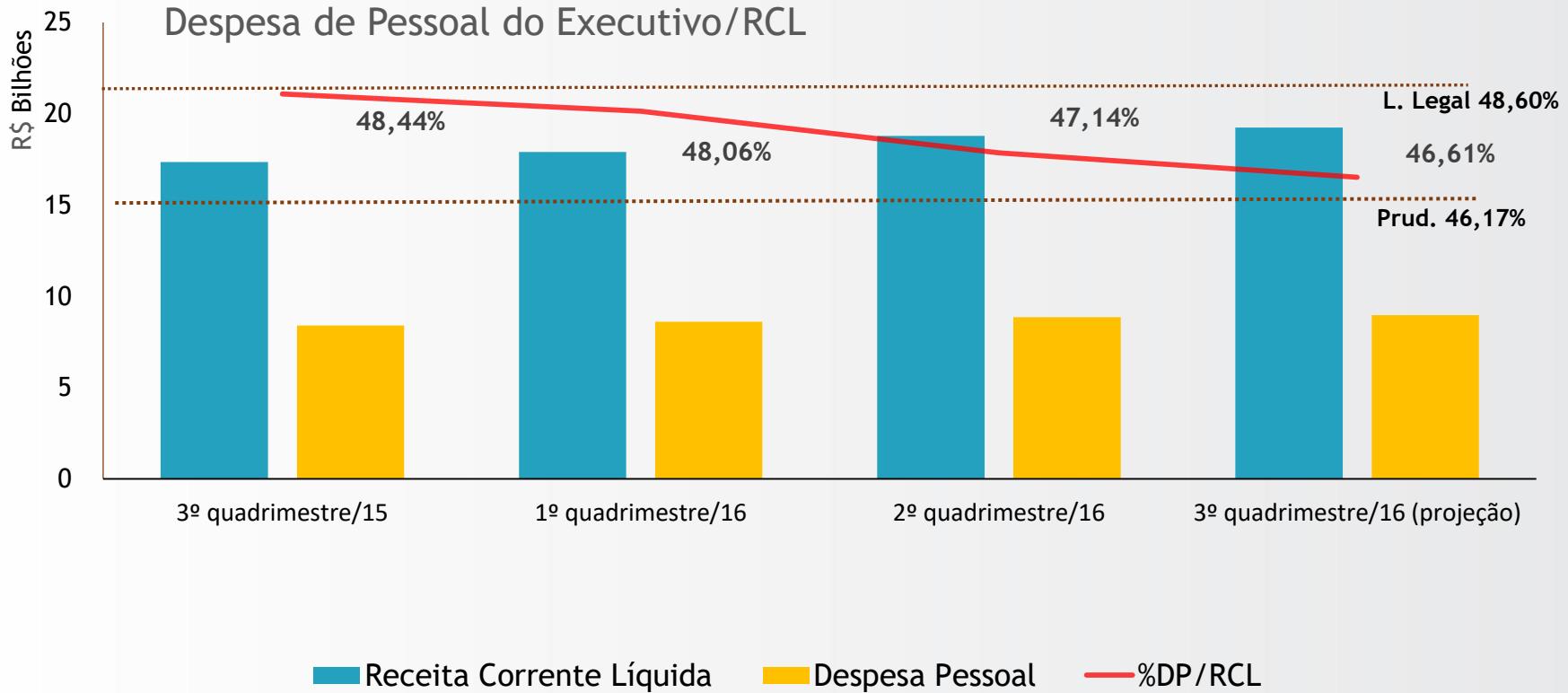


Resultado fiscal de 2016 (3º quadrimestre)

- Superávit primário: R\$ 1,79bi
- Déficit orçamentário previsto: R\$ 300mm



Goiás - mudança de rumo no campo fiscal



Adiamento de aumentos foi fundamental para a reversão da trajetória e para evitar o colapso financeiro do Estado

Sumário



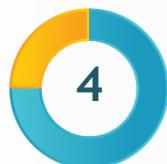
A crise fiscal dos Estados



A experiência do Estado de Goiás



A renegociação das dívidas - PLP257



Reflexões Finais



3

A renegociação das dívidas - PLP257



Ponto de partida:

o problema dos Estados é estrutural e não está vinculado ao endividamento e sim à trajetória das despesas com pessoal (ativos e inativos)

- ✓ Carência e alongamento das dívidas com a União
- ✓ Controle no crescimento das despesas correntes primárias
- ✓ Limitação do crescimento das despesas de pessoal à Revisão Geral Anual
- ✓ Aprimoramento do conceito de despesas com pessoal



3

Despesas correntes primárias

O Problema

- ✓ Gastos cresceram a taxas descoladas do crescimento das receitas
- ✓ Despesas obrigatórias cresceram com base em receitas não recorrentes
- ✓ Receitas extraordinárias sofreram drástica redução -
 - ✓ empréstimos, royalties, etc
- ✓ Receitas ordinárias caíram em função da crise

A Consequência

- ✓ Despesas (obrigatórias) superaram as receitas



PLP257 vincula crescimento das despesas à inflação

3

Os anéis se foram - conceito de despesa de pessoal

Por que o limite de 60% da LRF?

- ✓ Teto garante que as receitas sejam alocadas de forma equilibrada
- ✓ Custeio da máquina (pessoal e manutenção)
- ✓ Investimentos

O esforço de arrecadação do Estado deve ser revertido em benefícios de todos os cidadãos via prestação de serviços básicos e investimentos em infraestrutura

A máquina não pode ser a justificativa para sua própria existência

Por que o limite por Poder da LRF?

- ✓ Estado deve partilhar suas receitas entre todos os Poderes



3

Os anéis se foram - conceito de despesa de pessoal

O Problema

- ✓ “Novas” despesas com pessoal para fugir ao teto da LRF (TCEs)
- ✓ Executivo está sujeito a regras mais estritas (STN)
- ✓ Falta de transparência

A Consequência

- ✓ (Todos) os Estados desenquadrados nos limites da LRF

➤ PLP257 exporia a realidade dos Estados e evitaria que despesas de pessoal continuem à margem da LRF

3

Os anéis se foram - conceito de despesa de pessoal

Realidade - Goiás

- ✓ 76% de comprometimento da receita com despesas de pessoal
- ✓ Esforço fiscal de **6,6mm** de habitantes x **130mil** funcionários públicos
- ✓ Desequadramento - em particular dos Poderes autônomos
 - Dívida
 - Vinculações
 - Duodécimo dos outros Poderes
 - Custeio
 - Investimento



Explicitar essa realidade é imprescindível para que a sociedade faça o debate correto

3

Um dedo se foi - controle das despesas com pessoal

Salários no setor público vêm crescendo em termos reais há vários anos - independentemente de ganhos de produtividade

O Problema

- ✓ Trajetória e nível das despesas com pessoal

A Consequência

- ✓ Faltam recursos
 - ✓ investimentos
 - ✓ melhorar a qualidade dos serviços públicos
 - ✓ pagamento dos salários e aposentadorias



PLP257 limitaria o crescimento da folha evitando que o crescimento de despesas definido pelo teto de gastos seja consumido pelo aumento nas despesas com pessoal



PLOA-GO 2017

ANÁLISE DAS DESPESAS CORRENTES - LIMITAÇÃO DE GASTOS (PLP-257)

| Despesas | 2014 | 2015/14 | 2015 | 2016/15 (proj) | 2016 | % (Projeção da Folha e IPCA) | 2017 |
|-----------------------|---------------|--------------|---------------|-------------------|---------------|------------------------------------|---------------|
| | | | | | | | Total |
| Pessoal | 11,321 | 10.47 | 12,506 | 6.68 | 13,342 | 8.85 | 14,523 |
| Vinculações (custeio) | 1,274 | 24.15 | 1,581 | 11.83 | 1,768 | 10.00 | 1,945 |
| Outras Desp Correntes | 3,318 | 6.40 | 3,530 | 3.06 | 3,638 | 0.31 | 3,649 |
| TOTAL | 15,913 | 10.72 | 17,619 | 6.41 | 18,748 | 7.30 | 20,117 |

Quadro I - Resumo (R\$bilhões)

R\$ 1,369 bilhão - aumento total de despesas correntes primárias

R\$ 1,181 bilhão - aumento da despesa de pessoal

R\$ 188 milhões - é o que sobra para aumento das demais despesas

R\$ 177 milhões - aumento dos gastos com vinculação

R\$ 11 milhões - aumento dos gastos de custeio

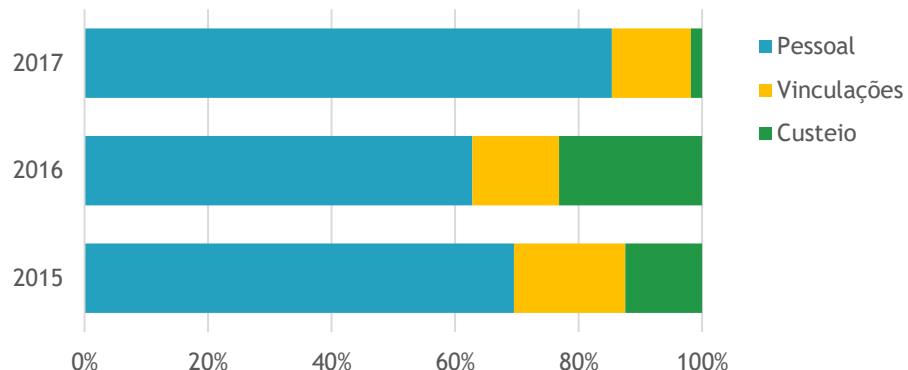


PLOA-GO 2017

Cumprimento do teto de gastos nos Estados é um desafio

- ✓ pressão sobre os governadores que, ao cederem, estarão contratando o sucateamento da máquina
- ✓ desmobilização de ativos ganha urgência

Participação no Crescimento das Despesas Correntes Primárias



Instrumentos que permitam o reequilíbrio estrutural são imprescindíveis para que se evite o colapso dos Estados

Sumário



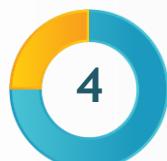
A crise fiscal dos Estados



A experiência do Estado de Goiás



A renegociação das dívidas - PLP257



Reflexões Finais



4

Reflexões finais - Conclusões

Entes subnacionais têm problema fiscal estrutural

- ✓ A renegociação da dívida gera um alívio de curto prazo, mas ao não contemplar as medidas estruturais, deixou de fora a essência do problema
- ✓ O PLP257 define um teto para as despesas, mas seu cumprimento será um desafio pois a margem é consumida com aumento de despesas de pessoal
- ✓ Agenda estrutural envolve temas polêmicos e impopulares
 - ✓ Estabilidade
 - ✓ Redução de jornada
 - ✓ Lei de greve
 - ✓ Eficiência
 - ✓ Desmobilização

Há uma agenda de Reforma do Estado que é condição necessária para o reequilíbrio fiscal dos entes subnacionais